



ALPETROTA

FILIADO A:
CUT

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO - Nº 102 ABR/2007

Começa Campanha Salarial TRR 2007

A primeira assembléia da categoria já foi realizada

Atenção, companheiros do TRR:

O nosso Sindicato, juntamente com a Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo e também a do Estado de São Paulo, já iniciaram a Campanha Salarial de 2007. Lembramos que a nossa data base mudou de março para maio e a campanha abrange todo o país.

A Campanha tem pauta de reivindicações pronta e aprovada em assembléia, realizada no último dia 11 de abril na sede do Sindicato.

Confira abaixo os principais itens de nossa pauta:

- ✓ Correção salarial de 8,23% (sobre salário vigente em 30.04.2007)
- ✓ Abono salarial correspondente ao piso salarial da categoria corrigido;
- ✓ Cesta básica de 30 kg ou vale alimentação de R\$ 120,00;
- ✓ Vale Refeição: 30 vales mensais no valor de R\$ 12,00;
- ✓ PLR – Participação nos Lucros e Resultados;
- ✓ Convênio médico gratuito;
- ✓ Garantia de emprego no prazo de 60 dias após a assinatura da CCT
- ✓ Seguro de vida em grupo
- ✓ Auxílio Funeral
- ✓ Manutenção das demais cláusulas da CCT

Veja os pisos da nossa pauta de reivindicações

Office boy, vigia e faxineira	R\$ 550,00 + periculosidade (quando devido)
Mecânico	R\$ 750,00 + periculosidade (quando devido)
Demais trabalhadores	R\$ 650,00 + periculosidade (quando devido)

A pauta já foi encaminhada para o setor patronal e estamos aguardando

a marcação da primeira rodada de negociação. “Esperamos, como sem-

pre, participação total ativa dos trabalhadores. Só com união e luta po-

deremos obter vitória”, afirma Francisco Benício da Silva.

Editorial

Um dia que não pode ser esquecido

José Floriano da Rocha

Nunca é demais lembrar a história do 1º de Maio. É uma história que não podemos esquecer.

O Dia Mundial do Trabalho foi criado em 1889, por um Congresso Socialista realizado em Paris. A data foi escolhida em homenagem à greve geral, que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, o principal centro industrial dos Estados Unidos naquela época.

Milhares de trabalhadores foram às ruas para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos e exigir a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Naquele dia, manifestações, passeatas, piquetes e discursos movimentaram a cidade. Mas a repressão ao movimento foi dura: houve prisões, feridos e até mesmo mortos nos confrontos entre os operários e a polícia.

Em memória dos mártires de Chicago, das reivindicações operárias que nesta cidade se desenvolveram em 1886 e por tudo o que esse dia significou na luta dos trabalhadores pelos seus direitos, servindo de exemplo para o mundo todo, o dia 1º de maio foi instituído como o Dia Mundial do Trabalho.

Neste ano a população continua clamando por empregos, melhores salários, qualificação, primeiro emprego e também jornada mais curta.

É o dia de nos lembrarmos da nossa capacidade de mobilização e de luta. Vamos unir a oportunidade de lazer proporcionada pelos shows do 1º de Maio com a prática da nossa cidadania, que inclui o direito de manifestação e reivindicação.



Mártires de Chicago: Parsons, Engel, Spies e Fischer foram enforcados, Lingg (ao centro) suicidou-se na prisão.

Jornada de trabalho no mundo	1980	1990	2006
Alemanha	41,6	39,7	37,6
Espanha	39,7	36,7	33,5
EUA	43,3	41,2	33,9
França	41,1	39,0	35,6
Japão		45,7	39,6
Reino Unido		40,5	39,6
Taiwan		49,2	45,7
Brasil		44	40

Risco país cai ao menor índice da história

A taxa de risco-país do Brasil chegou o seu menor valor histórico (155 pontos). Isso significa uma revisão muito mais positiva sobre essas economias pelas instituições responsáveis por essas classificações, além de investidores em geral.

O Brasil já apresenta o menor risco-país do que a média dos países emergentes.

Essa queda se deve ao fato do país ter melhorado as condições das contas públicas e promovido ajustes econômicos.

Na semana passada, o banco americano Merrill Lynch emitiu um relatório para seus clientes, elevando a recomendação do país, isto é, recomendando que os investidores aumentem seus recursos em ativos brasileiros.

A agência de classificação de risco Standard&Poors, em

outro relatório, notou que a revisão do PIB brasileiro dos últimos anos melhorou a condição fiscal do Brasil, numa indicação de que o país tem perspectivas positivas para melhorar sua classificação de risco.

Entenda o que é o risco-país

O **risco-país** é uma medida do risco de realizar transações financeiras e negócios com determinado país. As transações financeiras estão presentes em todo o mundo e ocorrem em maior escala à medida que existem informações para atenuar o risco. Quem calcula esse risco são as agências de classificação de risco, grandes instituições que analisam os indicadores da disposição e da capacidade de pagamento de dívidas pelos governos.

Expediente

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central

Rua Carlos Petit, 261
Vila Mariana - São Paulo - SP
Cep: 04110-000
Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetrol@terra.com.br

Subsede Guarulhos

Rua José Triglia, 143
Centro - Guarulhos - SP
Cep: 07013-121
Fone: (11) 6409-3024

Subsede Jundiaí

Rua Major Paulo Maria Gonzaga de Lacerda, 598
Vila Progresso - Jundiaí - SP
Cep: 13202-273
Fone: (11) 4817-1613

Subsede Osasco

Rua Gasparino Lunardi, 314
Km 18 - Osasco - SP
Cep: 06110-260
Fone: (11) 3681-7619
e-mail: sipetrolosasco@terra.com.br

Subsede Bauru

Rua Beirute, 4-77
Bauru - SP - Cep: 17060-100
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba

Rua Alferes José Caetano, 1944
Centro - Piracicaba - SP
Cep: 13400-126
Fones: (19) 3434-3415 /
(19) 3434-3432 / (19) 3434-5901

Subsede Sorocaba

Av. 31 de Março, 354
Centro - Votorantim - SP
Cep: 18100-005
Fones: (15) 3343-3319

Diretor Responsável
José Floriano da Rocha

Redação, Edição e Editoração
Nova Onda Comunicação
Jornalista Responsável: Jeferson
Martinho - MTB 31886
Fone/Fax: 3654-4172 / 3654-4177
http://www.novaondanet.com.br

Mande sua carta para o jornal PetroLuta. Entregue na sede ou sedes, ou mande pelo correio para Rua Carlos Petit, 261 Vila Mariana - São Paulo - SP Cep: 04110-000

Sipetrol participa de reunião com a presidente da Petrobrás

No dia 31 de março o SIPE-TROL, representado pelo Diretor Claudinei Alves de Souza, esteve presente na cidade do Rio de Janeiro em reunião com a Presidente da Petrobrás Distribuidora Sra. Maria das Graças Foster. Na reunião também estavam presentes representantes dos sindicatos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Entre os assuntos tratados estão:

- Reestruturação da empresa - o novo organograma se fez necessário para que a BR seja cada vez mais competitiva e ágil no mercado, e que a nova estrutura não visou simplesmente redução de custos, explicou a presidente que informou ainda que na quarta feira 04/04 será apresentada na TV corporativa os resultados do primeiro trimestre de 2007, onde segundo ela, foram batidos todos os recordes de vendas desde a criação

da empresa.

- Compra do Grupo Ipiranga - fomos informados que nas áreas norte, nordeste e centro-oeste, onde a BR irá atuar, não haverá demissões, pois a BR mesmo sendo uma empresa comercial tem o compromisso com o social, e não faz parte da sua política demitir trabalhadores.

Ficou acertado ainda entre os sindicatos presentes que será marcada uma reunião com o presidente do

Grupo Ultra, que atuará na região sul e sudeste, com a presença da presidente Foster, para discutir a situação desses trabalhadores.

Dia 17 é o dia do Encontro Quadrimestral de Acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho, em São Paulo, cuja pauta é o fim do PRAT, assédio moral e transportes aos trabalhadores dos aeroportos. Leia mais sobre esse encontro no site www.sipetrol.org.br.

Ceasa Gás implanta 2º turno de trabalho

A empresa Ceasa Gás fez uma votação entre os empregados para saber se adotava ou não o 2º turno de trabalho.

A opção por mais um turno foi a vencedora da votação.

Porém, um detalhe chamou a atenção dos nossos diretores: o número de trabalhadores que votaram contra a implantação do novo turno foi muito alta.

Os funcionários que votaram contra são aqueles que faturavam mais com

as horas extras.

Lembramos a estes trabalhadores que quanto mais horas extras, menos empregos na praça, e mais pais de família desempregados.

É preciso lembrar a todos da necessidade do descanso, de mais horas em convívio com a família.

Todos nós queremos ganhar mais, mas não podemos sacrificar família, descanso e o emprego de outra pessoas por isso. Pensem nisso!

Diga não à Emenda 3

O movimento sindical está dizendo **NÃO** à Emenda 3 do projeto da Super Receita. Ele limita o poder de fiscalização do Ministério do Trabalho. A emenda já foi vetada pelo presidente Lula.

A Emenda 3 representa o fim da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e da carteira de trabalho, da Previdência Social etc. Se o Congresso Nacional derubar o veto à Emenda 3, os trabalhadores não estarão mais protegidos pela CLT.

Serão contratados como pessoa jurídica (PJ) e portanto, não terão a garantia de jornada de trabalho de oito (8) horas diárias, não terão direito a férias e ao respectivo abono, pois a PJ só será remunerada pelas tarefas realizadas.

Além disso, a PJ não tem direito a proteção à saúde e segurança no trabalho, pois, qualquer despesa proveniente de acidentes de trabalho correrá por sua conta. Também não terá direito a 13º salário, ou seja, perderá todas as garantias previstas para quem tem carteira assinada.

Em caso de rescisão de contrato de trabalho, a PJ não receberá o FGTS e nem a multa dos 40% sobre o FGTS. Muito pelo contrário, dependendo dos motivos da rescisão, deverá pagar multa à contra ponto e para complementar, a PJ só consegue se aposentar se pagar o carnê do INSS, além dos demais impostos e tributos que agora recairão sobre si, visto que tornou-se empresa.

Encontro da Liquigás será nessa semana

O encontro quadrimestral da Liquigás está marcado para dia 18 de abril. A pauta da reunião é baseada na ata da reunião realizada em janeiro.

Na ocasião, os companheiros do nosso sindicato e também dos sindicatos do RJ, RS e PR estarão abordando assuntos de extrema importância para os trabalhadores como:

1- Participação nos Lucros e Resultados de 2006

Esclarecimentos dos critérios usados pela empresa que contrariam a CCT assinada com o Sindigás

2- Participação nos Lucros e Resultados de 2007

Conforme informado pelo presidente da empresa, a implementação, junto das entidades sindicais, da definição de critérios para o pagamento da PLR 2007

3- Situação dos empregados que estão cedidos atualmente

4- Data do próximo concurso público

5- Avaliação da empresa quanto ao andamento da implantação do GDP e seus resultados práticos

6- Segurança, meio ambiente e saúde do trabalhador

Análise dos relatórios atualizados de acidentes com e sem afastamento da força de trabalho (diretos e indiretos)

7- Assistência Médica

Como está o andamento da aglutinação dos planos de saúde

8- Encontro com o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Empresa

9- Balanço do número de funcionários, antes e depois da compra da empresa, incluindo temporários e terceirizados

10- Assuntos gerais

A reunião começará às 9h no Hotel Massis Five Stars, em São Pau-

lo. Na próxima edição do Petroluta, publicaremos o que foi discutido.

Você é um analfabeto digital?

O crescimento da internet no Brasil está criando uma nova classe de “excluídos”. São os analfabetos digitais, aqueles que são incapazes de obter informações por meios da informática, seja internet ou qualquer outro meio ligado a computadores, celulares etc. Trata-se de um tipo de analfabetismo moderno, bastante comum em regiões que não

possuem eletricidade e/ou suporte à rede mundial de computadores mas que também existe em grandes cidades, devido ao desinteresse de muitos em aprender coisas novas, e que por isso ficam muito pre-

sos às fontes mais tradicionais de informação como rádio e televisão.

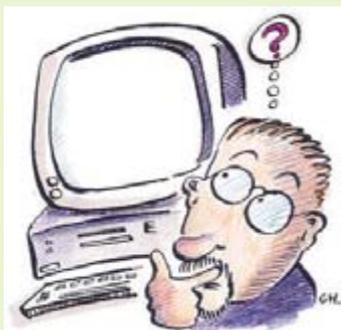
Nas próximas décadas, espera-se uma expansão digital em todos os setores econômicos e culturais do globo, podendo causar exclusão social daqueles que não estão aptos a interagir com a informação digital.

O analfabetismo digital é um grande fator de exclusão, que resulta em sérias implicações sociais, políticas, jurídicas e econômicas. Assim

como os analfabetos “normais”, que são marginalizados e fadados ao subemprego, o analfabeto digital segue o mesmo caminho.

Hoje, “navegar” é imprescindível. Dominar as tecnologias de informação é poder.

Diante de tais circunstâncias, o já estreito funil da exclusão ficou mais apertado. A Internet e o computador são ferramentas imprescindíveis para quem quer se inserir no mercado de trabalho.



Isto porque, desde o balconista do supermercado até o dentista ou o advogado, a todos se impõe o uso

da informática.

Mais precisamente na nossa categoria, vários sistemas já são informatizados. Os computadores estão dentro do caminhão de gás.

Portanto, companheiro, atualize-se. Não tenha medo das máquinas. Elas vieram para nos ajudar no dia-a-dia e é preciso saber dominá-las. Procure aprender informática, internet etc para não ser o excluído de amanhã.

Lei amplia penhora on line

Desde o dia 22 de janeiro de 2007, está em vigor a Lei 11.382, de 6 de dezembro 2006, que alterou o Código de Processo Civil (DOU de 7 de dezembro de 2006). Entre outras alterações, a legislação dispõe o seguinte:

1) Permite a penhora on line para o pagamento de dívidas, inclusive de aluguel. O juiz pode realizar penhora de dinheiro, inclusive de depósitos na Poupança, no valor acima de 40 salários mínimos (R\$ 17 mil), bem como estimar valor de penhora on line de bens móveis (como veículos) e imóveis.

2) Possibilita que o autor da ação obtenha certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com a identificação das partes e o valor da causa, com o fim de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou

registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto (acréscimo do artigo 615-A).

Feitas as averbações, ele deverá comunicar ao juízo no prazo de 10 dias contados da concretização do ato.

Enquanto perdurar a averbação, a alienação ou oneração de bens será considerada fraude.

Formalizada a penhora, após a citação do réu, junto ao juízo em que tramita a ação de execução, será determinado o cancelamento das averbações.

Esse artigo ainda dispõe que autor da ação deverá indenizar a parte contrária por averbações indevidas.

A lei faculta aos tribunais expedir instruções sobre o cumprimento desses atos.

Fonte: site do Sinduscon: <http://www.sindusconsp.com.br>

Contagem para aposentadoria pode ser feita por telefone

A assessoria do Ministério da Previdência Social informou que a partir do dia 16 de abril, os segurados podem agendar atendimento para contagem de tempo de contribuição por meio da Central 135.

Ao ligar para o número 135, o trabalhador deve fornecer o número de identificação do trabalhador (NIT) - que pode ser o número do próprio NIT, do PIS, do Pasep ou do cartão de identificação do contribuinte individual (Cici) - e marcar dia e hora para comparecer a uma agência da Previdência Social. Como os atendimentos da Previdência têm sido demorados, agendar antes, mesmo que para muitos dias depois, é uma forma de ganhar tempo.

Pela Central 135 o segurado po-

derá também agendar dia e hora para entrar com recurso, pedir revisão de benefício, verificar andamento de processo, solicitar carga para advogado constituído (o advogado retira o processo da agência), devolução de carga de processo (o advogado devolve o processo), devolução de documento do segurado e vistas de processo de benefício (o advogado examina o processo na própria agência).

Quem preferir pode usar a internet (www.previdencia.gov.br) e fazer a simulação da contagem do tempo de contribuição. Para isso basta entrar na página da Previdência Social, clicar em “Serviços”, depois “Calcule sua aposentadoria” e “Simulação de Contagem de Tempo de Contribuição”.

Seu Direito

Banco de horas só pode ser definido em acordos coletivos

O regime de “banco de horas”, que permite a compensação de jornada dentro do período de um ano, atende aos interesses da empresa e não do trabalhador individualmente.

Por isso, só pode ser pactuado pelos instrumentos formais de negociação

coletiva, acordos ou convenções coletivas. Com esse entendimento, a Terceira Turma do Tribunal (TST) rejeitou recurso da rede de supermercados Angeloni, de Santa Catarina, condenada ao pagamento de horas extras a um ex-empregado.

Fonte: DCI 23/01/07